

EDUCOMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS EM ESPAÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Samuel Campos dos Santos¹, Marinice Natal Justino², Stella Alves Rocha da Silva³

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia – Faculdade Anhanguera; Graduando em Relações Internacionais – GRAN Faculdade; Tecnólogo em Segurança Pública – GRAN Faculdade. Taubaté, São Paulo, Brasil. E-mail: samuel.geoseg@gmail.com

² Mestre Educação em GRAN Faculdade. E-mail: marinicenatal@gran.com

³ Mestre Educação em GRAN Faculdade. E-mail: Stella.silva@gran.com

Introdução

A segurança pública no Brasil, tradicionalmente centrada em abordagens institucionais, tem sido progressivamente compreendida como um fenômeno complexo que envolve dimensões sociais, educativas e comunicacionais. Nesse contexto, a educação assume papel fundamental na promoção da cidadania, especialmente quando articulada a práticas comunicacionais que ampliem o acesso à informação e favoreçam a participação social. A educomunicação, conforme discutem Ismar de Oliveira Soares e Monica Fantin, propõe a integração entre educação e comunicação como estratégia para democratizar o conhecimento, enquanto a perspectiva crítica de Paulo Freire reforça o papel transformador da educação na formação de sujeitos autônomos e conscientes.

Em contextos de vulnerabilidade social, entretanto, o acesso a informações sobre direitos, deveres e funcionamento das instituições ainda é limitado, o que compromete a efetiva participação cidadã. Nesse cenário, a segurança pública passa a demandar abordagens que ultrapassem o caráter repressivo, incorporando dimensões educativas e preventivas, como apontado por Vera Regina Pereira de Andrade.

Os espaços não escolares, especialmente os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), configuram-se como ambientes estratégicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à formação cidadã, ao promoverem orientação, acompanhamento e mediação de saberes em articulação com as demandas concretas da população. Conforme destaca Roseli Salete Caldart, a educação deve estar vinculada às condições reais de existência dos sujeitos, reforçando a importância de práticas contextualizadas nesses territórios.

A pesquisa evidencia que, nesses espaços, há recorrentes demandas relacionadas à segurança pública, mas uma lacuna significativa na oferta de ações educativas sistematizadas voltadas a esse tema, revelando um descompasso entre necessidade social e práticas formativas. Nesse sentido, a educomunicação apresenta-se como estratégia capaz de integrar educação, comunicação e tecnologia, ampliando o acesso ao conhecimento e fortalecendo a participação social em ambientes não escolares. Além disso, a investigação está inserida em uma trajetória acadêmica desenvolvida no âmbito da graduação, inicialmente por meio de ações extensionistas e posteriormente consolidada como pesquisa aplicada, evidenciando o potencial formativo da universidade — inclusive na modalidade a distância — na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar as contribuições da educomunicação para a segurança pública em espaços não escolares, com base em estudo realizado em Taubaté, bem

como discutir a formação acadêmica na graduação, em consonância com a atuação do pedagogo em contextos não escolares, como elemento fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e investigativas voltadas à realidade social.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa e objetivos exploratórios e descritivos, buscando compreender a articulação entre educomunicação e segurança pública em contextos de vulnerabilidade social.

O campo empírico foi constituído pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Taubaté, enquanto espaços não escolares relevantes para a análise de demandas relacionadas à formação cidadã. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários estruturados a profissionais da rede, contendo questões abertas e fechadas, complementados por observações de campo durante visitas institucionais.

Foram obtidas 28 respostas válidas, a partir de um universo estimado entre 60 e 80 profissionais, configurando o recorte para análise exploratória. Para além da coleta de dados, a pesquisa envolveu etapas de articulação institucional, incluindo o protocolo formal do projeto junto à gestão pública e a obtenção de autorização para sua execução, bem como a realização de reuniões com gestores e profissionais da rede socioassistencial.

No âmbito do desenvolvimento da pesquisa, foram mobilizadas e aprimoradas competências relacionadas à organização e análise de dados, com uso de planilhas, elaboração de cronogramas e sistematização das etapas de campo, além de habilidades de comunicação institucional e condução de atividades, evidenciando a integração entre ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica.

Todos os procedimentos adotados respeitaram os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo o consentimento dos participantes e a confidencialidade das informações.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos a partir da aplicação de 28 questionários junto a profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Taubaté/SP permitem identificar padrões relevantes sobre a relação entre segurança pública e assistência social, bem como evidenciar lacunas estruturais que justificam a inserção da educomunicação como estratégia de intervenção.

No que se refere ao perfil dos respondentes, observa-se predominância de profissionais entre 30 e 50 anos (76%), indicando um corpo técnico experiente na atuação socioassistencial. Em relação às funções exercidas, destacam-se assistentes sociais (28%), educadores sociais (17%) e psicólogos (17%), o que demonstra a presença de equipes multidisciplinares qualificadas para lidar com demandas complexas. Esse dado é reforçado pelo fato de que 71% dos respondentes possuem ensino superior, evidenciando um capital técnico significativo nas unidades analisadas.



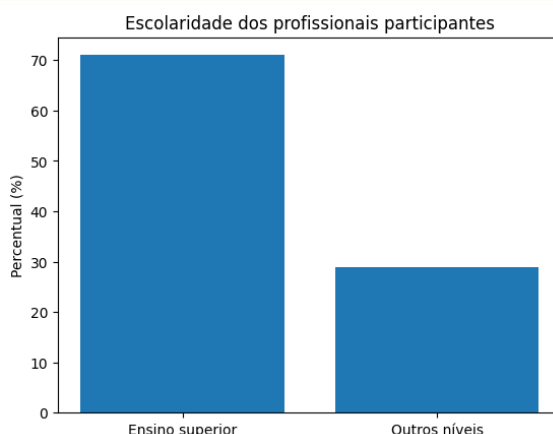


Figura 1 – Escolaridade dos profissionais participantes da pesquisa. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados relacionados à segurança pública revelam uma alta incidência de demandas no cotidiano dos CRAS. Aproximadamente 88% dos participantes afirmaram ouvir com alguma frequência queixas relacionadas à insegurança, enquanto apenas cerca de 12% indicaram baixa ou inexistente ocorrência.

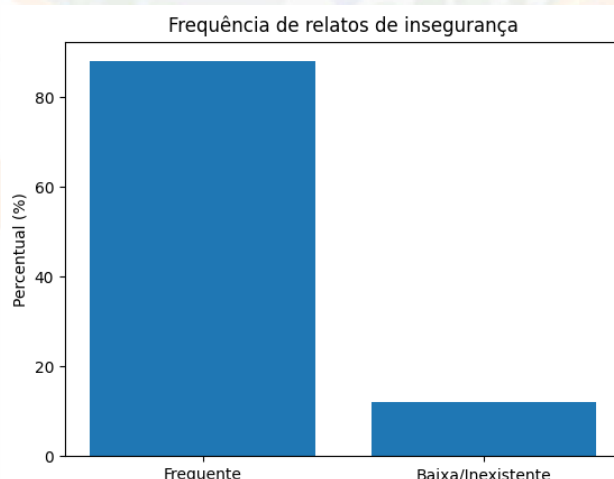


Figura 2 – Frequência de relatos de insegurança nos territórios atendidos pelos CRAS. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse resultado confirma que os CRAS, embora não sejam instituições de segurança pública em sentido formal, atuam como espaços de escuta e mediação de conflitos sociais, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades.

Esse achado dialoga com a literatura sobre segurança pública cidadã, que propõe a ampliação do conceito de segurança para além da atuação repressiva do Estado, incorporando dimensões preventivas, sociais e educativas. Nesse sentido, os dados empíricos reforçam que a percepção de insegurança está diretamente associada a fatores territoriais e sociais, exigindo abordagens intersectoriais.

No que se refere aos grupos mais vulneráveis, os resultados indicam que mulheres e idosos são os principais sujeitos envolvidos nas queixas relacionadas à segurança pública. Esse dado evidencia a sobreposição entre vulnerabilidade social e exposição à violência, corroborando

estudos que apontam a desigual distribuição dos riscos sociais entre diferentes grupos populacionais.

O ponto central da análise emerge ao se observar a oferta de ações educativas relacionadas à segurança pública. Cerca de 78% dos respondentes indicaram que essas ações são escassas ou inexistentes, enquanto aproximadamente 20% apontaram alguma ocorrência eventual, sendo mínima a frequência de iniciativas sistemáticas.

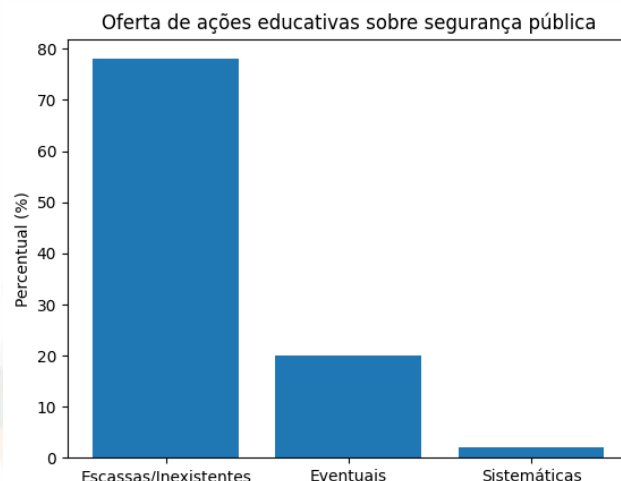


Figura 3 – Oferta de ações educativas relacionadas à segurança pública nos CRAS. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse resultado evidencia uma lacuna significativa entre a demanda existente e as práticas institucionais desenvolvidas nos CRAS. Essa lacuna reforça a pertinência da educomunicação como estratégia de intervenção. Conforme argumenta Ismar de Oliveira Soares, a integração entre educação e comunicação pode ampliar o acesso à informação e fortalecer a participação social, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Da mesma forma, a perspectiva crítica de Paulo Freire destaca que o acesso ao conhecimento é condição fundamental para o exercício da cidadania, o que dialoga diretamente com a ausência de práticas formativas identificada na pesquisa.

Por outro lado, a presença de equipes com formação superior constitui uma vantagem estratégica para a implementação de ações educomunicativas. Ambientes com maior capital formativo tendem a apresentar melhores condições para o desenvolvimento de práticas participativas e inovadoras, como apontado por Monica Fantin. Isso indica que, embora haja limitações estruturais, existe um potencial institucional relevante para a adoção dessas metodologias.

Entre as principais limitações identificadas, destacam-se a ausência de registros sistemáticos sobre ocorrências relacionadas à segurança pública e as dificuldades estruturais enfrentadas pelos equipamentos. A falta de dados organizados compromete o diagnóstico territorial e o planejamento de ações preventivas, conforme apontado em estudos sobre gestão pública local.

Além disso, foram observadas resistências institucionais pontuais e dificuldades operacionais na coleta de dados, como baixa adesão inicial ao questionário quando disponibilizado apenas eletronicamente e limitações no acesso a determinados profissionais.

Diante desse cenário, os resultados indicam que a educomunicação apresenta vantagens importantes como estratégia de intervenção, ao possibilitar a difusão de conhecimentos de

forma acessível, participativa e contextualizada. A proposta de utilização de ferramentas digitais interativas, conforme delineado na pesquisa, amplia o alcance das ações educativas e favorece o engajamento dos usuários dos serviços socioassistenciais.

Em síntese, os dados evidenciam uma contradição central: ao mesmo tempo em que há alta demanda por temas relacionados à segurança pública nos CRAS, observa-se baixa oferta de ações educativas estruturadas. Essa relação configura um campo estratégico de atuação para a educomunicação, cuja efetividade, entretanto, depende de condições institucionais como capacitação profissional, organização de dados e apoio da gestão pública.

Conclusões

A pesquisa confirma o potencial da educomunicação para atuação na segurança pública em ambientes de assistência social. Os CRAS configuram-se como espaços estratégicos para a mediação de demandas relacionadas à segurança pública, evidenciando recorrentes percepções de insegurança associadas a fatores sociais, territoriais e informacionais.

Verifica-se a existência de lacuna na oferta de ações formativas sistematizadas sobre segurança pública nesses espaços. Os profissionais apresentam potencial para implementação de práticas educacionais, condicionado à oferta de suporte institucional e capacitação contínua.

A ausência de registros sistemáticos compromete o diagnóstico territorial e o planejamento de ações preventivas. A educomunicação amplia o acesso à informação, fortalece a participação social e contribui para a integração entre educação, comunicação e segurança pública. A pesquisa avança com aprofundamento em Taubaté-SP e expansão metodológica para Ubatuba-SP.

Palavras-chave: Educomunicação; Segurança pública; Assistência social;

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Controle penal e violência: estudos criminológicos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: SANTOS, C. A. dos (org.). *Educação do campo: campo, políticas públicas, educação*. Brasília: INCRA; MDA, 2008. p. 69–80.

FANTIN, Monica. Educação, aprendizagem e tecnologia na pesquisa-formação. *Educação & Formação*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 87–100, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/161>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas, 2011.